

01.julho.2015 – 12h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: **Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Norte e Comissão de Trabalhadores da Movijovem**
Francisco Figueiredo, Rui Maia e Conceição Costa

Recebidos por: Deputados Pedro Pimpão (PSD), Margarida Almeida (PSD), Rui Pedro Duarte (PS) e Diana Ferreira (PCP)

Exposição: O Sr. Deputado Pedro Pimpão (PSD) apresentou as boas vindas aos representantes do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Norte e da Comissão de Trabalhadores da Movijovem, a quem deu a palavra, para exporem os motivos que justificaram o pedido de audiência.

Os representantes do Sindicato e da Comissão de Trabalhadores apresentaram as suas preocupações face à recente decisão do Governo de concessionar a gestão de 25 das 40 pousadas atualmente detidas pela Movijovem, entendendo que esta opção põe em causa o produto turístico e o apoio à juventude, para além de ameaçar os postos de trabalho dos funcionários. Consideram, por outro lado, que neste grupo se incluem as pousadas mais lucrativas da rede – Lisboa, Vilarinho das Furnas, Lagos, Areia Branca e Penhas da Saúde.

Relativamente ao passivo da Movijovem, no final de 2010, entendem que resultou de opções erradas de Governos anteriores, que apostaram na construção de novas pousadas e na reformulação de outras, em estudos e contratos ruinosos e no crescimento de serviços centrais sobredimensionados.

Referiram ainda que o atual Governo congelou os salários dos trabalhadores, para além de cortar em direitos e regalias, em investimento e em serviços essenciais, criando um descrédito junto de clientes e fornecedores e causando uma quebra de 170.000 dormidas e a destruição do produto Pousadas de Juventude.

Terminaram, afirmando que, embora o caderno de encargos preveja a manutenção dos postos de trabalho e das pousadas na rede, receiam que tal não seja respeitado. Referiram ainda que têm existido contactos com as autarquias, sem que seja dado conhecimento aos trabalhadores.

A Sra. Deputada Margarida Almeida (PSD) saudou os presentes e afirmou que este Governo tem investido na recuperação de pousadas, tendo em conta o estado de degradação em que se encontravam algumas delas. Considerou fundamental que as pousadas sejam rentáveis e de qualidade, pelo que entende que a concessão pode trazer algumas vantagens. Afirmou que vai continuar a acompanhar este processo e defendeu que os direitos dos trabalhadores devem ser acautelados, fazendo alusão ao previsto na cláusula 6.ª do caderno de encargos.

O Sr. Deputado Rui Pedro Duarte (PS) cumprimentou os presentes e após uma breve resenha histórica do processo de reestruturação da rede de pousadas, afirmou que a liquidação da Movijovem configurou uma desvalorização e descredibilização da rede e do que esta



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

representava para o país. Referiu-se à indefinição que se seguiu e à decisão de concessão, lamentando que não se tenha baseado num modelo participativo, e afirmou que as pousadas mais atrativas têm condições para sustentar a restante rede, pelo que disse não compreender a opção de desestruturação da rede.

A Sra. Deputada Diana Ferreira (PCP) saudou os representantes do Sindicato e da Comissão de Trabalhadores e afirmou que o PCP tem-se oposto, desde 2011, às opções que têm sido tomadas. Referiu-se à intervenção do Sr. Secretário de Estado do Desporto e Juventude, numa recente audição na Comissão, que afirmou que a concessão representava o fim do vínculo público com os trabalhadores. Fez ainda referência às propostas previstas no Projeto de Resolução apresentado pelo PCP, que foi rejeitado, e terminou afirmando que vai continuar a intervir sobre esta matéria, em defesa de uma gestão pública adequada das pousadas e do cumprimento integral dos direitos dos trabalhadores.

Os representantes do Sindicato e da Comissão de Trabalhadores reafirmaram que após a liquidação da Movijovem se registou uma descredibilização e uma redução brutal do número de dormidas. Reconheceram existir algumas pousadas que não são rentáveis, dada a sua localização ou fraca dinamização, mas afirmaram que está a aumentar, em geral, a taxa de ocupação, pelo que não se compreende a decisão de privatização.

Terminaram, esclarecendo que, na prática, o concessionário pode despedir os trabalhadores e reiteraram as suas preocupações relativamente ao futuro das pousadas, à qualidade e adequação do produto e aos direitos dos trabalhadores.

A documentação da audiência, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 1 de julho de 2015

A assessora
Cristina Tavares